

NATUREZA E POETICIDADE NO ROMANCE AMAZÔNICO, *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA*

Zélia M Bora¹

RESUMO:

Leituras críticas tradicionais relacionadas ao romance, *Chove nos Campos de Cachoeira* (1940), de Dalcídio Jurandir, tendem a veicular o aludido romance ao Regionalismo. O crítico amazonense Benedito Nunes vai adiante e define o romance como uma obra sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente amazônico. Essa afirmação abre precedentes para novas formas de abordagens literárias entre elas a correlação entre literatura e o meio ambiente para a leitura do romance. Diante do exposto, propomos uma leitura da obra levando em consideração algumas pressuposições da ecocrítica.

Palavras Chaves: Natureza-Dalcídio Jurandir- Ecopoética

ABSTRACT

Critical readings related to the novel, *Chove nos Campos de Cachoeira* (1940), by Dalcídio Jurandir, tend to convey the aforementioned novel to Regionalism. Amazonian critic Benedito Nunes goes ahead and defines the novel as a work on the relationship between humans and the Amazonian environment. This statement sets precedents for new forms of literary approaches, including the relationship between literature and the environment for reading the novel. Thus, I propose a reading of the work taking into consideration some of the guidelines related to ecocriticism.

Key words:

Nature-Dalcídio Jurandir-Ecopoetics

A tradição literária da Amazônia e a sua relação com o meio ambiente atendem a prerrogativas históricas que remontam aos artefatos ficcionais de escritores realistas e naturalistas que compõem o cânone da literatura brasileira. Tais tradições incluem obras de escritores do Século XIX que escreveram sobre a Amazônia como são os casos de Franklin Távora, Inglês de Souza e Euclides da Cunha. Antecedendo Euclides da Cunha, Franklin Távora

¹ Professora Titular, Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Letras. Presidente da ASLE Brasil.

antecipa as complexidades da região em relação ao embate inevitável do progresso representado pela indústria extrativa do látex e da navegação a vapor “como um marco de frente das futuras fronteiras de expansão do capital em escala planetária”ⁱ. O Século XIX definiu a integração regional sob a égide do progresso, aos olhos do escritor cearense, em uma realidade marcada por uma natureza indômita capaz de suscitar os mais incongruentes traços da imaginação criadora. Além de relatos de viagem de autores estrangeirosⁱⁱ, a tradição literária do Século XIX, dá prosseguimento à representação da natureza amazônica como violenta e bárbara, através de relatos como por exemplo, os do colombiano José Eustasio Rivera, *La Vorágine* (1924), obra traduzida e conhecida no Brasil em 1935 (HARDMAN 2007, 142). Entretanto, foi a influência de Euclides da Cunha que desempenhou um papel preponderante na moderna tradição literária da Amazônia. Marcada por uma escrita que se formaliza entre a literatura e a sociologia naturalistaⁱⁱⁱ, o relato de Euclides sobre a Amazônia encontra-se consubstanciado por uma visão profundamente pessimista de história que descortina o palco da relação humana e do meio ambiente amazônico^{iv}.

A julgar-se pela tradição literária estabelecida antes de Euclides, sua leitura sobre a Amazônia será mediada por autores nacionais e estrangeiros, o que resultará, no final em um desajuste de imagens entre o meio amazônico e a floresta tropical, pois ele “projetava imagens e noções sobre o meio amazônico e a floresta tropical, fornecidas pelos exploradores que não se ajustavam às emoções e às sensações provocadas pela realidade observada” (VENTURA 1998). Diante desse impasse, Euclides considerou a Amazônia como “um paraíso perdido”, a ser reinscrito nos dilemas colocados pela ciência europeia e suas próprias constatações. O estranhamento do escritor em relação ao meio ambiente é considerado por críticos como Francisco Foot Hardman e Jaime Ginzburg^v como uma construção discursiva impregnada de

tensões e imagens de ruínas que se entrecruzam por meio de uma prosa entrecortada por diversos gêneros textuais, que resulta em um estilo denominado por críticos contemporâneos de neobarroco^{vi}. Esse retrato de ruínas adotado pelo escritor, por meio de procedimentos formais, organiza-se em imagens profundamente perturbadoras sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente. Assim considerando essas prerrogativas, a perspectiva que norteia esta presente discussão é a de que a primeira geração de escritores da Amazônia do século vinte, como é o caso de Dalcídio Jurandir, dialoga com a tradição literária euclidiana enquanto tenta superar a sua visão determinista sobre a Amazônia, reforçada pelo “realismo naturalista como chave estética da representação literária da Amazônia no Brasil” (HARDMAN 144).

Partindo desse princípio, Jurandir no romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, consegue prover um entendimento estético sobre a região mediante uma relação menos conflituosa entre o ser humano e o meio ambiente. No romance do supracitado escritor, a reescritura simbólica da Amazônia é expressa através de recursos estilísticos que vão desde a exploração do lírico ao dramático. As abordagens crítico- literárias que correlacionam a influência da obra de Euclides da Cunha sobre a literatura da Amazônia no Século XX, encontram-se veiculadas a particularizações operacionalizadas pelas literaturas regionais e as suas especificidades. Para se entender o desenvolvimento da tradição literária brasileira, o crítico contemporâneo deve ler o Regionalismo ficcional como uma marca identitária e a expressão de uma “unidade na diversidade”. Como resultado, a literatura será entendida como a soma de diferentes textualizações crítico-estéticas sobre o ser humano, a sociedade e a cultura que emanam das diversas regiões do Brasil e suas respectivas histórias. Desse modo, correlacionar-se a historiografia literária a essas diferenças não só identifica o lugar de origem desse discurso como também é uma proposta metodológica eficiente para se entender o construto literário

nacional e as suas especificidades, no que se refere às ideias de raça, gênero e modo de se relacionar com meio ambiente. Direcionada a outros sentidos que, devido aos limites de discussão impostos no presente texto não serão discutidos aqui, à “correlação” entre a obra de Euclides da Cunha e o Movimento Regionalista, foi estabelecida por Gilberto Freyre (1900-1987). Como um leitor fiel da obra de Euclides da Cunha, Freyre considerou *Os Sertões* como o primeiro exemplo importante sobre o Regionalismo brasileiro^{vii}.

Ironicamente, de diferentes maneiras, os projetos intelectuais de Euclides e Freyre se deparam com problemas metodológicos relacionados a fontes primárias estrangeiras utilizadas por ambos para entenderem o Brasil. Embora essas incongruências devam ser entendidas como parte de um processo de amadurecimento do pensamento brasileiro em busca de ajustes, Freyre transforma a leitura de Euclides em uma espécie de ritual de passagem simbólica de todo escritor brasileiro do período interessado em discutir sobre os problemas endêmicos do Brasil. Nesse contexto, a leitura de Euclides foi incorporada como um “novo” paradigma para se entender a literatura nacional na formulação de questionamento sobre as relações sócio culturais por meio das quais o meio ambiente emerge como um forte componente narrativo dosado pelo realismo naturalista revelador das mazelas nacionais. Com a imposição intelectual dos romancistas nordestinos, o “regionalismo” de Euclides da Cunha (que antecede o termo como proposta estética) através de *Os Sertões*, passou a endossar novas obras que optaram por “uma visão crítica das relações sociais” (BOSI 1997) como parte de uma segunda fase do Modernismo brasileiro.

Nesse caso, o projeto modernista ao mesmo tempo em que se identificou com as bandeiras sociais através do Regionalismo, sobrepôs-se ao modernismo paulista por meio do exercício do chamado fenômeno de diluição das vanguardas (LAFETÁ 1974) (ARRUDA

2011)^{viii}, e lhe conferiu parâmetros metodológicos para os estudos relacionados à literatura, à cultura e ao meio ambiente. No que se refere à correlação entre Euclides da Cunha e a Amazônia, o fato originou-se em sua viagem à região como chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus (1905) e posterior elaboração de um relatório, acompanhado de “fotografias de Ergas Florence e os mapas que elaborou como cartógrafo do Itamaraty”^{ix}. Assim, a “sertanização” da Amazônia, por Euclides está representada através de uma mesma imagem - o deserto - como uma metonímia do isolamento e abandono cultural do ser amazônico. De acordo com Roberto Ventura,

a imagem aproxima a floresta tropical da caatinga do semi-árido, os sertões baianos dos amazônicos. Selva e sertão são vistos como desertos por seu isolamento geográfico e povoamento rarefeito, e, sobretudo, por serem territórios ainda não explorados pela ciência, que os viajantes evitavam e que os cartógrafos excluíam de seus mapas (VENTURA 1998)

Ainda mediante esse propósito, Euclides considerou a Amazônia como um espaço não tocado pela civilização no sentido eurocêntrico do termo, o qual tentou superar, como, por exemplo, outros intelectuais do período e posterior a ele. Como os Sertões, a Amazônia encontra-se representada como uma terra ignota, demarcada pela presença de um mesmo personagem, o sertanejo (VENTURA 1998), evocado por sua estranheza e adaptação ao meio ambiente. Sobre o fato, é importante se enfatizar que a relação entre o sertanejo e a Amazônia é considerada como um elemento essencial no conjunto de obras do referido escritor, retomadas pela literatura da Amazônia em diálogo com a tradição. Já a relação histórica entre a Amazônia e o Sertão, nos escritos de Euclides, organiza-se como um processo histórico que emerge de uma realidade marcada pelos sucessivos processos migratórios de nordestinos a Região Norte do Brasil, com o apogeu da exploração da borracha^x. Entre os temas a serem desenvolvidos por Jurandir, o do isolamento do sujeito se organiza no romance não só pela presença incontestada da

geografia, da cidade onde se desenvolve a trama como também em forma de dilema existencial, endossado pela pobreza e pela marginalização dos indivíduos. Nos escritos de Euclides da Cunha, o problema do isolamento humano, tanto no Sertão baiano quanto na Amazônia pode ser entendido como um método interpretativo utilizado em seu discurso “sociológico” para tentar explicar a relação entre os seres humanos e o meio ambiente^{xi}.

Devido a esse processo revelador das incongruências nacionais adquirido por meio do realismo naturalista, é possível considerar-se esses textos como precursores da Ecocrítica na América Latina, que demarcam os limites entre o discurso social e o ecológico, em que a natureza emerge como um subtexto que sublinha a trama novelesca, como é o caso do romance *Chove nos Campos de Cachoeira*. Assim, enquanto Euclides descreve o cárcere dos seringueiros, ele também descreve o estabelecimento de uma crise ambiental que se estabelece na Amazônia como o resultado de um modelo imposto pelo neoliberalismo que se configurou no continente. As entrelinhas do problema são explicitadas por um narrador plural, ora como um “cartógrafo paisagista ora como um historiador de costumes” (VENTURA 2008).

Dalcídio Jurandir, a tradição crítica Euclidiana e a escrita da natureza

A trajetória profissional do escritor Dalcídio Jurandir (1909-1979) assemelha-se em grande parte, à experiência de muitos de seus contemporâneos que galgaram o patamar literário por meio da inter-relação entre o jornalismo e a literatura. O romance *Chove nos Campos de Cachoeira* foi publicado em 1941, depois de ser premiado em um concurso literário pela Editora Vecchi e o Jornal Dom Casmurro. Uma leitura comum da crítica tradicional sobre a obra de Dalcídio é a sua caracterização inicial como um escritor regionalista. Com essa caracterização

ele foi considerado como parte do grupo do norte^{xii}, e amazônico^{xiii} e representante de um regionalismo menor^{xiv}. O engessamento de Jurandir pela crítica tradicional foi recuperado pela leitura crítica de Benedito Nunes, que, ao subentender as peculiaridades do termo regionalista, atualizou-o e substituiu a caracterização do escritor como um escritor moderno ^{xv}. Entretanto, a designação regionalista a nosso ver, não reduz nem obscurece a produção artística, pois, como se pode observar, o termo caracteriza a obra através do lugar e da emergência da subalternidade, além de propor uma nova relação entre a literatura e o meio ambiente. A introdução de recursos estilísticos, como é o caso do lírico, é um traço das novas técnicas de inovação do romance. Ainda no que se refere ao termo, propomos o uso do termo Regionalismo como um instrumento metodológico norteador da relação entre a literatura e o meio ambiente. Esse artifício nos permite estabelecer definitivamente uma compreensão integral da importância da estética regionalista como diferença. Apesar das diferenças ideológicas, entre os escritores, esse imperativo se deve à necessidade de interpelar a literatura nacional por meio de diálogos mais globais. Obras de escritores regionalistas em geral foram desconsideradas por não encontrarem um equilíbrio entre o estudo da literatura e a aplicação das ciências sociais, sem se considerar a pressão exercida pela crítica vanguardista e eurocêntrica que, sob a roupagem do cosmopolita, descredenciou o artifício regional em nome de um nacional que identificasse as suas manifestações urbanas sobre o regional. Entretanto, o modernismo de Dalcídio Jurandir oferece novas possibilidades de leituras devido ao forte apelo “regional”. Entendido aqui como um traço metodológico do reconhecimento das diferenças intrarregionais e ao mesmo tempo, como uma afirmação identitária por parte do autor, a obra relaciona o local e o global. Retomando-se o texto a partir desse construto, os dilemas entre as dimensões planetárias, entre eles, o conceito de crise ambiental podem ser devidamente justificados, e isso possibilita novas leituras sobre o

“regional”. No texto em questão, os efeitos dessa crise ideológica e ao mesmo tempo ambiental é entrevista na narrativa como parte de um processo de desintegração social causado pela má distribuição de renda e dos recursos naturais que assombram a região amazonense com a aplicação de economias predatórias como parte de um grande conjunto de regiões do Sul global que diariamente sofrem com a marginalização de suas populações e destruição ecológica sistemática das comunidades humanas e não humanas em nome dos poderes corporativos transnacionais. Tomando-se como base esses parâmetros assinalados pelo realismo naturalista de Euclides e o romance atualizador de Dalcídio Jurandir, passemos à leitura do romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, que tem a cidade de Cachoeira localizada na ilha de Marajó, estado do Pará, como uma referência à cidade onde nasceu o escritor. A configuração geográfica do local e o seu isolamento insular e existencial são superados simbolicamente quando consideramos Cachoeira como um subespaço maior, demarcado por fronteiras transnacionais que colocam o Brasil como uma região submetida ao ponto zero de sincronização e dominação econômica imposta pela prática colonial de grupos e poderes globais endossados por um processo de colonização interno que subordina a Amazônia, os seres humanos e os não humanos.

Essa condição opressiva é adjetivada em forma de racismo ambiental, especismo, e conflitos de gênero, todos atreladas a um patriarcalismo arcaico e violento. Embora o desmantelamento do centro tenha se efetivado através de um processo de interpelação teórica, a realidade que o romance representa permanece inalterada no que diz respeito aos mecanismos de opressão evidenciados por fatores econômicos dos quais a crise ecológica emerge. Cachoeira representa essa forma de aprisionamento e um campo de encontro dessas realidades ficcionalmente sugeridas em forma de diversos subtextos no romance. Essas realidades são explicitadas através de um jogo dialógico entre narrador e personagens apáticos e alienados com

poucas exceções como é o caso da personagem, Major Alberto. Do ponto de vista narrativo, a noção do isolamento euclidiano é representada como um paradigma do isolamento econômico e existencial.

Todas as personagens vivenciam uma pobreza irremediável enquanto sucumbem diariamente diante de inúmeros desmoronamentos existenciais que vivenciam. Ao lado desse quadro social trágico, a noção de crise ecológica emerge pelo vislumbre atento tanto do narrador quanto da personagem Major Alberto, representada pela sinédoque dos campos queimados que abre o romance. Como a personagem mais consciente sobre a devastação ecológica que atinge Cachoeira, o Major Alberto incorpora as incongruências da sociedade cachoeirense e a inaptidão às responsabilidades paterna, como a imagem de um mundo próximo ao extravio. Ainda no que se refere à noção de crise ecológica, para o Major, as pessoas são responsáveis por essa forma de devastação da natureza expressa por meio do texto nos seguintes termos “uma gente que não se corrige. Não se convencem que não devem queimar os campos. Porque ... esteriliza... ouviste? –Major puxa pela manga da blusa de D. Amélia” (JURANDIR 1991, p.3) .

A constatação simplista de Alberto e a sua falta de criticidade sobre os fatos podem ser explicadas pelo estado de isolamento como uma expressão de alienação coletiva imposta pela segregação econômica e a decadência proveniente da exploração da borracha. A noção de crise é portanto representada em termos econômicos, existenciais e ambiental. Sem refletir profundamente sobre seus destinos, as personagens são acometidas de várias doenças, especialmente a malária, como uma outra evidência do desequilíbrio ambiental. Sobre isso, tem-se a impressão de que os moradores vivem por viver. O menino Alfredo, ao contrário dos demais, esboça um interesse pelo mundo fora de Cachoeira enquanto pensa em mudar para Belém para estudar. Como ainda é criança apenas imagina, enquanto ouve a explicação do pai

“meio sonolento” sobre as queimadas. A afirmação das queimadas preocupa também o narrador quando este assegura que: “a noite sobre os campos queimados também se queima e perde a paz”(…). “e quando o vento cresce sobre os campos ouve-se no chalé o gemido da terra e da noite que o fogo queimou” (JURANDIR p.3). A afirmação de que “os campos se queimam em janeiro”, sugere ainda que a queimada da natureza é um processo contínuo e criminoso que ocorre todos os anos, subentendida pelo gemido de dor da terra vitimizada. A imagem dos campos queimados também atormenta os sonhos da personagem Alfredo que, constantemente, sonha com o chalé onde mora e sua mãe queimados. Ainda para o narrador, sonho e realidade se explicam através de Alfredo e se confundem com ele, pois ele “ tem um sono como aqueles campos ardendo, como aquela noite queimada” (JURANDIR 3). A expressão do fogo como uma experiência local é também uma experiência global, como um mapeamento imposto por uma ordem econômica inalterada como categoria espacial imposta pela globalização financeiramente especulativa cujos efeitos destrutivos resultam em forma de uma despossessão ambiental, que vitimiza os mais pobres e a natureza. Essa perspectiva emerge quando o leitor indaga a si próprio sobre uma pergunta subentendida no romance: Por que queimam os campos de Cachoeira?. Sob a ordem neoliberal sucumbem primeiro os pobres e a natureza pela supressão de suas necessidades vitais. Seja como um signo da devastação ambiental ou como metáfora da inquietação das personagens, a imagem do fogo, elemento natural e devastador contrapõe-se a uma outra imagem, igualmente poderosa no romance - a da água- como um fator inerente ao processo de justiça poética que ordena o universo romanesco. Detalhando o processo de poeticidade no romance, observa-se que o nível poético encontra-se estruturado por uma profunda intervenção lírica que expressa a percepção ecológica de Dalcídio Jurandir. Também poeta, o escritor organiza de forma consciente uma atualização do lírico presente, sobretudo,

quando a natureza é vista através dos olhos da personagem Alfredo e aos olhos do narrador. Ainda menino, o generoso coração da criança é de um ser empático com a natureza defendendo os pássaros das outras crianças malvadas como marca de sua integridade moral. Adentrando a adolescência, a ingenuidade de Alfredo e a intermitência das estações são marcadas pela chegada das chuvas como uma imagem que impulsiona o modelo lírico da narrativa. O lírico, momentaneamente sobrepõe-se às condições trágicas vividas por todas as personagens enquanto o leitor se depara com fragmentos de cenas puramente idílicas, em que se podem encontrar “momentos de paz”. A chuva purifica enquanto cumpre o ciclo da natureza, o qual é alheio à vontade humana. Dito de outro modo, diríamos que a utilização do lírico, permite, esteticamente, que a natureza momentaneamente siga os seus próprios desígnios longe da destrutiva intervenção humana. Como já ressaltado anteriormente, a água desempenha um papel essencial na emergência do lírico. De acordo com o narrador, “as grandes chuvas lavam as marcas do fogo. Os campos ficam verdes e se deixam depois ficar dentro d’água e os murués florescem entre os peixes”. (...) os passarinhos revoavam em torno do chalé, enquanto Alfredo, falava com o caroço de tucumã (JURANDIR, 1991 p 4-5). A referência ao caroço de tucumã, como interlocutor do menino, é uma outra evidência da ecologia simbólica de Jurandir. Como uma imagem importante, o caroço de Tucumã, uma fruta da Amazônia, é também referência simbólica ao mito da criação do mundo de acordo com a perspectiva indígena. O caroço de tucumã é introduzido na narrativa aos olhos de Alfredo, que conversa com o caroço. Este, lhe restitui a integridade emocional marcada por sua debilidade física (cheio de feridas), enquanto restitui simbolicamente a integridade da própria natureza pela evocação do mito indígena como uma estrutura arquetípica reprimida enquanto espaço contestatório. Embora Alfredo saiba que “nem essas mãos (*de sua mãe*) nem as grandes chuvas em março curam a marca das feridas, (JURANDIR p.4) o espaço de

contestação está posto no texto formalizado pelo discurso de criança e por uma concepção de natureza momentaneamente livre inserida nos níveis líricos do texto.

CONCLUSÃO

A breve discussão formulada com a inserção de termos como regionalismo, globalização, crise ecológica e estética na literatura brasileira, encontra-se delimitada pela leitura do romance *Chove nos Campos de Cachoeira* do escritor amazonense, Dalcídio Jurandir. Como uma obra que representa as consequências perversas de uma política da modernidade cultural na Amazônia, procurei relacionar o estilo de escrita como parte de um processo de continuidade de uma tradição crítica relacionada ao discurso euclidiano. Diante dessa perspectiva, Dalcídio Jurandir, não só segue a tradição como também adiciona novos recursos estilísticos como a inserção do lírico, por meio do qual ele organiza o espaço de Cachoeira como o mapeamento de um projeto fracassado de povoamento da região amazônica pelas vias de exploração da borracha e a introdução de outras culturas como a da cana de açúcar e a criação de gado entre finais do Século XIX e o começo do Século XX. Vista sob essa perspectiva, a representação de sociedade, e a sua relação com a natureza expressas pelo escritor organizam o texto com uma crítica velada à devastação ambiental e os seus efeitos sobre a população. Com esse objetivo, o escritor esboça valores relacionados à defesa ambiental evocados através de poderosas imagens, como o fogo e a água que permanecem como elementos que adjetivam as ações. No período em que o romance foi escrito (1929), a exploração da borracha já estava em decadência. Para os pobres habitantes de Cachoeira as mínimas benesses prometidas por um modelo econômico predatório inexistem. Fome, pobreza e violência predominam no universo de Cachoeira. Embora, naquele momento histórico, ainda não se falasse em aquecimento global, a devastação da floresta pelas queimadas,

a derrubada de árvores para retirar o látex, e a violência sobre os seres não humanos e os humanos são uma realidade contundente na elaboração romanesca.

Vistos sob essa perspectiva, Cachoeira, o Pará, Amazônia e o Brasil são espaços indelévels na discussão sobre uma crítica sistemática ao capitalismo global predatório e suas sofisticadas políticas de corrupção e cooptação dos sistemas políticos internos que acentuam as desigualdades regionais e violências ambientais.

Referências

CANDIDO, Antonio. “Literatura e Cultura”. *Literatura e Sociedade* 9.ed Ouro Sobre Azul, RJ 2006. <https://groups.google.com/forum/#!forum/digitalsource>

Euclides da Cunha Sociólogo
[file:///C:/Users/PESSOAL/Downloads/8635985-5648-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/PESSOAL/Downloads/8635985-5648-1-PB%20(5).pdf)

CASTELO, Aderaldo. *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. Vol.II Edusp. 2004

JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos Campos de Cachoeira*. 3 ed. Belém:CEJUP, 1991. 294 p

FURTADO, Marli Teresa Furtado. “Dalcídio Jurandir e o romance de 30 ou um autor de 3 publicado em 40. <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/viewFile/115425/113035>

GINSZBURG, Jaime. “Euclides da Cunha, A Amazônia e a Bárbarie”. *Estud.Av*.Vol.24 #24.no.69 São Paulo 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. “A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* no.29, 2007

ROBYN, Ingrid. “Barroquismo amazonense. Linguagem e Real na Amazônia de Euclides da Cunha. *Intelligere: Revista de História Intelectual*. Vol .2#2, set-dez.2016

VENTURA, Roberto. “Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha”. *Hist.cien.saude-Manguinhos* (online).1998, vol 5 suppl., p 133-147

ⁱ Francisco Foot Hardman, “A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária”, p.140

ⁱⁱ Como por exemplo Bates, Wallace, Castelnau, Coudreau, o casal Agassiz, Chandless e, posteriormente Humbolt, todos citados por Hardman p.143.

ⁱⁱⁱ Antonio Candido, *Literatura e Cultura* p.122

^{iv} Sob a influência do Naturalismo científico

^v Jamie Ginszburg, “ Euclides da Cunha, A Amazônia e a Barbárie”

^{vi} Ingrid Robyn, “Barroquismo Amazonense. Linguagem e Real na Amazonia de Euclides da Cunha”

^{vii} *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. Vol II Edusp, 2004 p.50

^{viii} Citado por Maria Tereza Furtado

^{ix} Roberto Ventura em *Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha*

^x Vejam-se, por exemplo, os livros: *Migração de nordestinos para o vale do rio Branco entre 1890 e 1930*; Robério Santos, *História Econômica da Amazônia (1800 -1920)*; Maria Verônica Secreto *soldado da borracha:trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*;

^{xi} Candido, Antonio. Euclides da Cunha sociólogo file:///C:/Users/PESSOAL/Downloads/8635985-5648-1-PB%20(4).pdf

^{xii} Coutinho, Afrânio. 1987 citado por Marli Teresa

^{xiii} Moisés, Massaud p.251 citado por Marli Teresa

^{xiv} Bosi, p .448. citado por Marli Teresa

^{xv} Refiro-me aqui ao artigo de Marlí Tereza Furtado, “Dalcídio Jurandir e o romance de 30 ou um autor de 30 publicado em 40”. Este artigo coloca de forma muito precisa a evolução crítica de leituras sobre a obra do escritor, cotejada pela unanimidade atribuída pelos críticos, Afrânio Coutinho, Massaud Moisés e Alfredo Bosi.

Em seguida, Marlí Tereza introduz referências feitas por Benedito Nunes e a sua tentativa bem sucedida de apontar os traços intimistas do estilo de Dalcido Jurandir, com os quais o crítico tenta demonstrar a possível superação do “famigerado” Regionalismo . Não é portanto sem um certo constrangimento que tanto Nunes quanto Tereza tratam da rotulação sob a qual não só Dalcidio Jurandir, mas também pelo menos duas gerações de escritores permanecem no patamar da rotulação perniciosa pelos aparatus críticos predominantes.